

LT 154



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA E LITERATURA

**A QUESTÃO LINGUÍSTICA E A PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO
DEMOCRÁTICO MOÇAMBICANO: O CASO DO MUNICÍPIO DA
MATOLA**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos
para a obtenção do grau de licenciatura em Linguística da
Universidade Eduardo Mondlane

LUÍS ALVES DO ROSÁRIO CANHEMBA

MAPUTO, 2005

LT-154

**A QUESTÃO LINGUÍSTICA E A PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO
DEMOCRÁTICO MOÇAMBICANO: O CASO DO MUNICÍPIO DA
MATOLA**

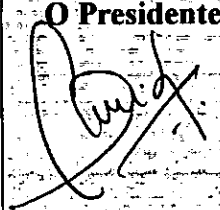
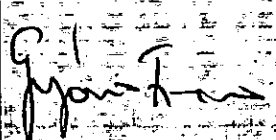
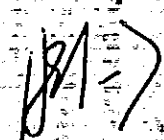
Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos
requisitos para a obtenção do grau de licenciatura
em Linguística da Universidade Eduardo Mondlane por
LUÍS ALVES DO ROSÁRIO CANHEMBA.

**DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA E LITERATURA
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

SUPERVISOR: Prof. Doutor Gregório Firmino, PhD

Maputo, 2005

O Júri

			Data
O Presidente 	O Supervisor 	O Oponente 	<u>06.07.05</u>

U.E.M. - F.L.C.S.

R. E.	30468
DATA	21.08.2005
AQUISIÇÃO	oferta
COTA	L.T. 154

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal.

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a minha mãe Lúcia Colombo pelo esforço abnegado que desempenhou durante o decorrer da minha vida, em geral, e do meu curso, em particular.

Dedico também aos meus irmãos Victor, Arlindo, Ana, Hélder, Luwana e Belinha, a minha *segunda* mãe Inês e a minha companheira dos bons e maus momentos Kate.

AGRADECIMENTOS

Contribuíram para a realização deste trabalho várias pessoas e instituições. O meu primeiro *muito obrigado* vai para o meu supervisor, Prof. Doutor Gregório Firmino, que disponibilizou o seu tempo e a sua inteligência em prol da realização deste trabalho. A sua inteligência está claramente patente neste trabalho e terá influência na minha vida académica. O meu agradecimento estende-se ao Prof. Doutor Armindo Ngunga. O seu apoio foi de extrema importância, fundamentalmente ao nível de material bibliográfico.

Sinto-me também grato ao Instituto de Missionários da Consolada e a sua equipe situada em Maputo, que deu apoio, sobretudo financeiro, aos meus estudos. O meu especial agradecimento é destinado ao padre Manuel Tavares, que me incluiu entre os bolsiros daquela instituição.

Estou também grato a direcção do Conselho Municipal da Matola, que autorizou e facilitou, na medida do possível o meu estudo no município. Particularmente, agradeço ao vereador do Ambiente, Salubridade, Parques e Jardins, o Linguista Lázaro Mbambamba, ao director de salubridade, Sr. Carpeto, bem como ao Chefe do Grupo dinamizador do bairro T3, Sr. Cândido Mabunda.

O meu agradecimento vai também ao meu grupo de estudo da última turma de Linguística, que era constituído pela Názia Nhongo, Sertório Nhatabe, Acácio Manhique e Augusto Nombora, sobretudo pelo apoio que me deu durante grande parte dos cinco anos do curso.

Não me posso esquecer do Linguista dr. Abudo Machude, da Professora Lúcia Colombo, do Sociólogo Victor Canhamba e da Jurista Kátia Matola que me assessoram em assuntos respeitantes as suas áreas de especialidade. O dr. Abudo Machude e a Professora Lúcia Colombo prestaram-me um apoio na revisão linguística do trabalho, enquanto que o dr. Victor Canhamba deu-me alguns conselhos sobre a análise sociológica e política que está subjacente no trabalho e a jurista Kátia Matola apoiou-me na abordagem legal de alguns factos.

Tenho uma profunda gratidão a minha família, a quem dedico este trabalho, sobretudo pelo apoio que me deu, não só no momento da execução da dissertação como também durante os cinco anos lectivos. Os meus irmãos, Victor, Arlindo, Ana, Hélder, Luwana e Belinha deram todo o apoio moral e material para a prossecução deste trabalho. A minha *segunda* mãe, Inês, encorajou e acarinhou-me nos momentos difíceis da minha vida académica. A minha namorada Kate teve paciência e compreensão nos largos momentos de investigação e de estudo que o trabalho e o curso exigiam.

Por fim, vai um *obrigado inesgotável* a minha mãe Lúcia Colombo, sinceramente não sei como retribuir o apoio que esta senhora me cedeu a todos os níveis. Tudo que sou devo a ela.

RESUMO GERAL

A Democracia preconiza a participação de todos os segmentos sociais da sociedade na resolução dos seus problemas. Esta afirmação, a prior, faz levantar algumas dúvidas sobretudo em contextos de países africanos que adoptaram como língua oficial a língua do ex-colonizador. Entre tantas dúvidas sobressai a seguinte: como é que todos os segmentos sociais podem participar activamente na resolução dos seus problemas se a maioria dos países colonizados são multilingues e as instituições democráticas usam exclusivamente como língua de trabalho, geralmente, a língua do ex-colonizador. ?

É com base nestes pressupostos que o nosso estudo foi desenvolvido. Assim o objectivo geral da nossa investigação é procurar perceber se a língua é um factor a ter em conta na participação das pessoas na gestão da coisa pública.

O estudo é composto por sete capítulos assim constituídos:

I – Introdução. Neste capítulo apresentamos o problema e as hipóteses de trabalho, bem como o objectivo último deste estudo.

II – Contextualização do estudo. Este capítulo foi concebido para apresentarmos o enquadramento político-social e histórico do estudo.

III – Enquadramento teórico. Neste capítulo, numa primeira fase demonstramos a relevância teórica e o ponto de situação do estudo das questões fundamentais, nomeadamente *a questão linguística e a participação*. Numa segunda fase fornecemos definições e discussões de conceitos subjacentes ao tratamento de dados, nomeadamente política e planificação linguística, democracia e exclusão social.

IV – Metodologia de Investigação. Concebemos este capítulo com objectivo de apresentar a delimitação do universo de estudo, instrumentos usados e os métodos com que conduzimos a pesquisa. Apresentamos também o método de selecção de informantes e os códigos a eles atribuídos.

V – Apresentação, análise e interpretação de dados Neste capítulo apresentamos, analisamos e interpretamos os dados recolhidos no campo de pesquisa.

VI – Conclusões e recomendações. Este capítulo foi concebido para a apresentação das principais conclusões e recomendações da pesquisa.

VII – Bibliografia. Todas as obras consultadas para a execução deste trabalho estão apresentadas neste capítulo.

LISTA DE SIGLAS

CNE – Comissão Nacional de Eleições.

CUP – Cambridge University Press (Imprensa da Universidade de Cambridge).

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique.

INE – Instituto Nacional de Estatística.

L1 – Língua primeira.

L2 – Língua segunda.

MAE – Ministério da Administração Estatal.

NELIMO – Centro de Línguas de Moçambique.

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

UEM – Universidade Eduardo Mondlane.

UFICS – Unidade de Formação em Ciências Sociais.

UK – United Kingdom (Reino Unido).

USA – United States of America (Estados Unidos da América).

LISTA DE TABELAS

1. Distribuição das línguas	7
2. Divisão administrativa do município da Matola	8

ÍNDICE

Declaração	i
Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo geral	iv
Lista de siglas	vi
Lista de tabelas	vi
Capítulo I: Introdução	1
1.0.Introdução	1
1.1.Delimitação dos problemas e das hipóteses	2
1.2.Motivação, importância e contribuição do estudo	3
1.3.Limitações do estudo	4
Capítulo II: Contextualização do estudo	5
2.0.Introdução	5
2.1.Democracia e autarcização em Moçambique	5
2.2. Situação linguística em Moçambique	7
2.3. Características gerais do município da Matola	8
2.3.1. Situação geográfica	8
2.3.2. Situaçõesocio-administrativa	8

2.3.3. Situação linguística	9
2.4. Auscultação pública sobre a recolha de resíduos sólidos no bairro T3	9
Capítulo III: Enquadramento teórico	11
3.1. Revisão bibliográfica	11
3.1.0. Introdução	11
3.1.1 Sobre a questão linguística em Africa	11
3.1.2 Sobre participação nos processos democráticos	12
3.1.3. Notas finais	14
3.2. Quadro teórico-conceptual	14
3.2.0. Introdução	14
3.2.1. Planificação linguística e política linguística	14
3.2.1.1. Planificação linguística	15
3.2.1.2. Política linguística	18
3.2.2. Democracia e exclusão social	20
3.2.2.1. Democracia	20
3.2.2.2. Exclusão social	21
3.3. Notas finais	23
Capítulo IV: Metodologia de investigação	24
4.0 Introdução	24
4.1 Organização dos instrumentos de recolha de dados	24
4.2. Selecção dos informantes, dos locais de pesquisa e	

dos documentos pesquisados	26
4.3. Códigos dos informantes	27
Capítulo V: A questão linguística e a participação nos processos democráticos do município da Matola	29
5. Apresentação, análise e interpretação dos resultados	29
5.0. Introdução	29
5.1. Apresentação dos resultados	30
5.1.1. Participação na auscultação pública	30
5.1.2. Razões do alheamento aos processos democráticos	35
5.1.3. Os governantes	36
5.2. Análise e interpretação dos dados	38
5.3. Notas finais	41
Capítulo VI: Conclusões e recomendações	42
6.0. Introdução	42
6.1. Conclusões	42
6.2. Recomendações	46
Capítulo VII: Bibliografia	48
Bibliografia	48
Anexos	

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

1.0. INTRODUÇÃO

Alguns países africanos, como é o caso de Moçambique, seguiram políticas exoglóssicas após a independência (Firmino, 2002). Essa política consiste no uso exclusivo do Português em todas as actividades públicas.

Paradoxalmente, a realidade moçambicana demonstra que a maioria da população não tem um domínio da língua oficialmente implantada no território. O facto leva-nos a supor que poderemos estar na presença de uma forma de discriminação ou exclusão social, uma vez que apenas uma pequena parte da população participa conscientemente no processo democrático nacional, devido ao facto de apenas uma minoria ter domínio da língua da democracia (Firmino, 2002; Ngunga, 2000).

O facto de se usar exclusivamente o Português em todas as actividades públicas pode trazer problemas de diverso tipo à sociedade, entre os quais a fraca participação da população na vida pública. É neste contexto que temos como objectivo para o presente trabalho *procurar perceber se a língua é um factor a ter em conta na participação das pessoas na gestão da coisa pública.*

Para uma melhor prossecução do objectivo fizemos um estudo de caso na Matola. Escolhemos o Município da Matola por ser exemplo de uma região em que se implantou um governo local que usa como língua de trabalho o Português, e por outro lado há nesta região cidadãos que se comunicam em línguas locais.

1.1. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA E DAS HIPÓTESES

Em Moçambique foi adoptada a língua portuguesa como única língua oficial apesar deste ser um país multilingue.

Assim, em instituições públicas, tais como tribunais, assembleias (quer municipais, quer da república), cartórios, Conselhos Municipais, usa-se oficialmente o Português como língua de trabalho. Este facto é contrário à realidade moçambicana, pois estudos indicam que a maioria dos moçambicanos se comunica perfeitamente numa língua local.

O facto de se usar o Português, como língua oficial que não é dominada por todos os moçambicanos, pode levar à discriminação de alguns. O trabalho centra-se nesta questão, procura perceber se a língua pode ser um factor de exclusão, mas exactamente, se o uso exclusivo da língua portuguesa no Conselho Municipal da Matola leva à exclusão de alguns matolenses.

Para a nossa pesquisa, o facto motivou os seguintes problemas:

- (1) A escolha de uma (ou algumas) língua (ou línguas) para o desenvolvimento dos trabalhos do município não levará a exclusão social de alguns grupos?*
- (2) Se os Conselhos Municipais foram instituídos para servirem os munícipes, de que forma fazem o elo de ligação com os mesmos, tendo em conta que a maioria deles não está muito familiarizada com a língua portuguesa?*
- (3) Será que os Conselhos Municipais fazem algo para contornar o perigo eminente de exclusão de alguns grupos?*

E como ponto de partida da nossa investigação levantamos as seguintes hipóteses:

(1) Nos Conselhos Municipais em que se usa apenas a língua portuguesa como língua de trabalho, o acesso e participação da maioria dos munícipes no processo democrático fica limitado, causando a exclusão social.

(2) Quando se usam as línguas locais como língua de trabalho dos Conselhos Municipais há maior participação dos munícipes nos processos democráticos.

1.2. MOTIVAÇÃO, IMPORTÂNCIA E CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO

O processo democrático moçambicano, propriamente dito, data de 1992, com a assinatura dos Acordos de Roma. Este pressupõe a participação de todos os grupos sociais e políticos no desenvolvimento do país através de órgãos instituídos para o efeito, entre os quais os Conselhos Municipais.

Contudo, as políticas linguísticas adoptadas pelas instituições democráticas não vão de encontro à realidade multilingue do país e, conseqüentemente, limitam a participação de vários grupos no processo democrático, porque a língua privilegiada é estranha a vários grupos sociais.

Assim, as pessoas poderão ter dificuldades de participar e fazerem-se ouvir porque não dominam o principal instrumento de comunicação.

Por outro lado, pode pensar-se que o uso exclusivo da língua portuguesa poderá ser uma solução para eventuais problemas, tais como o regionalismo e as guerras étnicas, que podem advir de uma realidade multilingue. Neste caso, a língua portuguesa se assume como uma língua de união entre os grupos etnolinguísticos e talvez só assim é que teremos realmente uma verdadeira democracia no país.

Foi essa problemática que despertou em nós o interesse pela questão linguística no processo democrático moçambicano, uma questão que muitas vezes é remetida a um plano secundário. Portanto, o facto de sentirmos que podemos contribuir para o

desenvolvimento da democracia em Moçambique e ao mesmo tempo podermos oferecer subsídios ao estudo da coexistência do Português e das línguas locais no país foram os motivos principais para a elaboração da pesquisa.

Alguns autores tal como Firmino (2002) e Ngunga (2000) foram igualmente fundamentais para o despertar do problema.

Ngunga (2000) considera a actual política linguística moçambicana um constrangimento para o desenvolvimento do país, visto que o desenvolvimento do país necessita da participação de todos e no caso presente nem todos podem participar. Perante este cenário A. Ngunga (idem) sugere que seja uma prioridade introduzir as línguas Bantu em todos os segmentos da sociedade.

Por seu turno, Firmino (2002), considera que a língua portuguesa pode ser um factor de exclusão de muitos moçambicanos do sistema nacional, uma vez que a participação nos domínios políticos e sociais e, em alguns domínios formais depende do conhecimento e uso desta língua. Deste modo, a solução poderia ser o uso de uma língua Bantu, contudo, não há nenhuma língua Bantu com uma distribuição significativa por todo o território nacional ou provincial¹ tal como acontece com esta língua (Firmino, 2000; Maia, 1995).

1.3. LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Os principais problemas relacionaram-se com o período político que o país vivia, uma vez que a pesquisa no terreno coincidiu com as terceiras eleições gerais em Moçambique, que previa uma campanha eleitoral longa, as eleições propriamente ditas e o escrutínio. Assim sendo, e porque devíamos fazer entrevistas a alguns

¹ Há algumas excepções para o caso de expansão provincial, isto porque o Emakhuwa consegue cobrir a provincial de Nampula e o Xichangana a provincia de Gaza. (Firmino: 2000: 103)

governantes que se demonstravam muitas vezes indisponíveis devido aos compromissos partidários, a nossa pesquisa ficou profundamente influenciada quer a nível de programação quer a nível de organização.

Consideramos que a incontornável ligação que tivemos com alguns governantes, que indicavam os meios de localização dos informantes, tenha sido também uma das limitações da pesquisa, pois de alguma forma podia viciar os dados a colher. Contudo, tentamos de todas as formas contornar esse problema usando a conjugação de várias técnicas de recolha de dados, nomeadamente, pesquisa documental, observação participante e entrevistas abertas.

Com o decorrer da pesquisa sentimos que muitos informantes presentes na auscultação pública sobre postura recolha de resíduos sólidos-na-Matola, que foi motivo para o nosso estudo de caso, podiam ser pró-partido no poder pois a informação sobre a realização da mesma foi veiculada pelo Secretário do Bairro T3, que é membro daquele. Sendo isso um perigo para qualquer tipo de pesquisa, primeiro optámos por fazer uma selecção rigorosa de informantes que participaram na auscultação pública, que era antecedida por uma conversa preliminar, e depois foi importante o facto de termos recolhido sensibilidades de munícipes que não participaram da mesma, com vista a fazer um trabalho imparcial.

Outros dois problemas de vulto que limitaram de certa forma a pesquisa foram a falta de sensibilidade de muitos munícipes para o tipo de assunto a ser abordado bem como as dificuldades que o Conselho Municipal da Matola enfrenta, sobretudo ao nível de condições de trabalho. Só a título de exemplo para o segundo caso, o Conselho Municipal não tem disponível ao público uma biblioteca com material relacionado com município.

CAPÍTULO II: CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

2.0. INTRODUÇÃO

Este capítulo vai apresentar, numa primeira fase, informação histórica sobre a implementação da democracia em Moçambique, no geral, e das autarquias locais, em particular. Numa segunda fase apresentamos uma visão geral sobre a situação linguística de Moçambique, as características gerais do município da Matola bem como uma visão sobre a auscultação pública que serviu de base para este estudo. O objectivo deste capítulo é enquadrar o estudo na conjuntura sócio-política moçambicana.

2.1. DEMOCRACIA E AUTARCIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

As transformações políticas, económicas e sociais que se verificaram em Moçambique, numa primeira fase, após o Programa de Reabilitação Económica e Social de 1987 e, posteriormente, após os Acordos Gerais de Paz de 1992, criaram a consciência da necessidade de se proceder a uma mudança na organização da administração pública. Para o efeito, *“foi concedida e progressivamente desenvolvida uma profunda reforma administrativa, da qual um dos principais objectivos foi a aproximação da Administração das urbes à sociedade civil”* (MAE, 2003:13).

Foi neste contexto que se fez uma alteração pontual à Constituição da República de 1990 através da lei 9/96, de 22 de Novembro, que introduziu princípios e disposições sobre o poder local e efectuaram-se estudos que culminaram com a promulgação do Pacote Legislativo Autárquico, em que se destacam os seguintes dispositivos legais:

- Lei 2/97 lei base de criação das Autarquias, que fornece normas jurídicas para a criação de autarquias em Moçambique e racionaliza e limita o funcionamento das mesmas.
- Lei 10/97, de 31 de Maio, que cria municípios em 12 cidades e 10 vilas, para além das 11 anteriormente criadas (Lei 3/97).

O processo da criação de autarquias locais, que se enquadra no contexto de descentralização de poder, conduziu à realização das primeiras eleições autárquicas em Julho de 1998.

As autarquias locais têm como objectivos organizar a participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios das suas comunidades e promover o desenvolvimento local bem como o aprofundamento e a consolidação da democracia. Para a concretização desses objectivos os autarcas devem apoiar-se na iniciativa e na capacidade das populações (Assembleia da República, 2001; MAE, 2003).

2.2. SITUAÇÃO LINGUÍSTICA EM MOÇAMBIQUE

Moçambique é um país multilingue, em que predominantemente coexistem várias línguas pertencentes à família Bantu e à língua portuguesa. As línguas Bantu constituem línguas maternas para a maioria da população.

De acordo com estudos feitos, ainda não é possível falar sobre o número exacto de línguas de origem Bantu faladas em Moçambique. Contudo, segundo Liphola (1995) citando NELIMO (1992), em Moçambique fala-se pelo menos 23 línguas de origem Bantu, distribuídas pelas três regiões do país (ver tabela 1).

Tabela 1. Distribuição das línguas

Zona Sul	Zona Centro	Zona Norte
Cicopi, Gitonga, Xichangana,	Cimanyika, Cindau, Citewe,	Emakhuwa, Elomwe, Cinyanja,

Xirhonga e Xitshwa.	Cibalke, Cisena, Cimarendje, Cinyungwe e Echuwabo	Ciyao, Shimakonde, Kiswahili, Kimwani, Cimakwe, Cindonde e cingoni
---------------------	--	--

Apesar das línguas Bantu serem faladas pela maioria da população, nenhuma delas consegue abranger todo o território. O contrário acontece com a língua portuguesa, que é falada um pouco por todo o país, apesar de ser geralmente em situações oficiais e nas zonas centrais (Firmino, 2002).

2.3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MUNICÍPIO DA MATOLA

2.3.1. SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

O município da Matola situa-se na província de Maputo, na parte sul da baía de Maputo, sobre o corredor do mesmo nome. Com uma superfície de 375 km², tem como limites físicos, o distrito de Moamba à norte e noroeste, o distrito de Marracuene à norte e nordeste, a cidade de Maputo à este e sudeste, Boane e Catembe ao sul e sudoeste. O município é altamente industrializado, concentrando cerca de 60% do parque industrial do País. As actividades económicas expressam-se no desenvolvimento da agricultura comercial e na extensa rede de indústrias, transportes e comunicações (MAE, 2002).

2.3.2. SITUAÇÃO SOCIO-ADMINISTRATIVA

De características marcadamente urbana, o município possui uma população estimada em 375000 habitantes distribuídos em 41 bairros, como demonstra a tabela

2.

Tabela 2. Divisão administrativa do município da Matola.

Unidade Administrativa (Distrito Urbano)	Área Residencial (Bairro/Povoação)
Distrito Urbano N°1 (Matola Sede)	Fomento, Liberdade, Mahlampsene, Matola A-I, Mussumbuluko e Sikwama.
Distrito Urbano N°2 (Machava)	Bunhiça-Cobe, Cingatela, Dâmaso, Km-15, Machava-Sede, Matola-Gare, Matlemele, Patrice Lumumba, Trevo, Tsalala, Unidade A e Umatibjane.
Distrito Urbano N°3 (Infulene)	Acordos de Lusaka, Boquisso, 1 de Maio, Golhosa, Itaca, Khongolote, Macatine, Mali, Muhalane, Ndlavene, Unidade D, Vale de Infulene, Zona Verde e T-3

Fonte: MAE (2002)

2.3.3. SITUAÇÃO LINGUÍSTICA

As línguas predominantes no município da Matola são o Xichangana, Xirhonga e o Português.

No decorrer da observação percebemos que há também um número significativo de indivíduos cuja língua materna é o Xitshwa, Txitxopi e o Gitonga, embora os mesmos falem-nas com pouca frequência.

Na interação com a população deste município notamos também que embora muita gente saiba falar Português, principalmente os jovens, há um número considerável da população que não sabe se comunicar nessa língua.

2.4. AUSCULTAÇÃO PÚBLICA SOBRE A RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO BAIRRO T3

A nossa pesquisa baseou-se no projecto de recolha de resíduos sólidos executado pela vereação de Salubridade, Ambiente, Parques e Jardins do Conselho Municipal da Matola. Para o efeito, estudamos e analisamos procedimentos para a efectivação do mesmo.

A auscultação pública em referência consistiu na recolha de opiniões aos munícipes sobre a fixação de uma taxa de lixo, funcionamento da varredura e sanções para os munícipes que não respeitarem as medidas a serem acordadas bem como sobre o envolvimento do sector privado na recolha e tratamento de resíduos sólidos.

CAPITULO III: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

3.1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1.0. INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta uma breve panorâmica sobre a discussão relativamente à questão linguística em África e a participação nos processos democráticos, feita por alguns estudiosos. O mesmo tem como objectivo demonstrar o ponto de situação da discussão subjacente ao nosso trabalho.

3.1.1 SOBRE A QUESTÃO LINGUÍSTICA EM ÁFRICA

A Questão linguística de África é tema de debate em muitos fóruns desde os primórdios da libertação colonial deste continente. O debate envolve o grande dilema que os países africanos herdaram após a sua independência: que línguas usar nesses países, as línguas locais ou uma língua exógenas?

No debate há, por um lado, a concepção de que tem que se promover as línguas locais para o seu uso em situações formais (Ngunga, 2000), visto que no tempo colonial as mesmas eram relegadas ao segundo plano e só eram usadas em situações informais. Essa ideia é suportada pelo facto de se pensar que as línguas locais promovem igualdade e identificam os seus falantes com a terra de origem.

Alguns estudiosos ao mesmo tempo que propõem a promoção das línguas locais sugerem a erradicação das línguas ex-coloniais, alegando que estas promovem a aculturação e a desigualdade social (cf. Ngugi wa Thiong'o cit. Firmino, 2002). O grande problema destes é que não consideram o facto das línguas exógenas já se terem sedimentado nos países ex-colonizados, e no estágio actual terem, inclusive, falantes nativos.

Outros estudiosos consideram que as línguas exógenas são de elevada utilidade para o desenvolvimento africano devido, sobretudo, as características sociolinguísticas das áreas territoriais herdadas pelos países africanos (Firmino, 2002; Tollefson, 1991). Isto é, dado que os países africanos são, acima de tudo, multilíngues então essas línguas podem ser úteis para manter o elo de comunicação entre os diversos grupos étnicos pertencentes ao mesmo território administrativo.

3.1.2 SOBRE PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS

Em Moçambique a participação da população é considerada uma das regras da cidadania e está entre os direitos fundamentais da população garantidos pela Constituição da República. Segundo Carrilho (1995: 132) *"A constituição moçambicana garante e assegura a participação do povo na gestão pública. Esta está incluída entre os princípios básicos dos direitos políticos, sendo uma das regras respeitantes à cidadania"*.

É neste contexto que alguns estudiosos moçambicanos interessam-se, de algum modo, pela participação pública nos processos democráticos, sobretudo depois dos elevados índices de abstenções nas eleições autárquicas de 1998. Contudo, grande parte deles não tem em conta a questão linguística. Neste diapasão Liphola (1995: 295) considera que *"infelizmente em Moçambique ainda não se tomou consciência de que o debate sobre a questão linguística é fulcral para o desenvolvimento do país"*.

Sobre a questão, tendo como pano de fundo as eleições, Macuane (1998) assume que há uma fraca participação de moçambicanos nos processos democráticos sem, contudo, adiantar as soluções para o melhoramento da situação. Corroborando com Schumpeter, J. Macuane (idem) considera ser um erro esperar que o cidadão comum se envolva em questões políticas, pois aquele prefere ocupar-se com outras

actividades do dia-a-dia cujo benefício é imediato, por exemplo ir a machamba, fazer comércio, trabalhos de artesanato, mecânica e mais².

Há outras razões que são levantadas para essa aparente apatia do cidadão comum:

- Fraca educação cívica (Viig & Tsamanea, 1998: 96);
- Medo das consequências que poderão advir da participação (Viig & Tsamanea, 1998: 96);
- Falta de credibilidade dos políticos (Viig & Tsamanea, 1998: 96);
- A incompatibilidade entre a democracia e o analfabetismo, (Totemeyer, 1998: 67);
- O tipo de relação entre o governo e o eleitorado [de elite para povo]. (Totemeyer, 1998: 67);
- Egoísmo político (Pasquino, 2002: 57); e
- Acesso restrito a esfera política (Pasquino, 2002: 57).

É preciso realçar que a fraca participação não é global. A nível da geografia social há uma concepção de que as pessoas do centro da sociedade estão mais inclinadas a participar do que as pessoas próximas da periferia. O centro de um sistema do ponto de vista do estatuto socio-económico, *“é constituído pelas pessoas e pelos grupos que dispõem de um nível elevado de rendimentos, têm instrução superior, desenvolvem actividades profissionais não manuais, controlam as suas ocupações e pertencem a sectores sociais, linguísticos, religiosos e étnicos dominantes”* (Pasquino, 2002: 63).

O grande perigo da tese defendida por G. Pasquino (idem) é que serão apenas os elementos mais privilegiados ou os grupos a que pertencem que participarão de

² Os exemplos são do autor.

forma mais incisiva nos processos democráticos, por conseguinte os seus pedidos é que serão ouvidos e as suas pressões, eventualmente, é que surtirão efeito, muitas vezes em prejuízo dos que não conseguem fazer-se ouvir.

Embora, se considere que todos os factores levantados são importantes para a reflexão sobre a participação, há estudiosos (Liphola, 1995; Maia, 1995; Ngunga, 2000) que defendem que o mais importante para que se estimule a participação dos moçambicanos em qualquer projecto nacional é que o governo, acima de todas as outras iniciativas, defina uma política linguística abrangente.

3.1.3. NOTAS FINAIS

Este sub-capítulo tinha como objectivo apresentar a relevância teórica das questões em consideração neste trabalho. Ao fazer isso apresentamos o ponto de situação do estudo das questões fundamentais nesse trabalho nomeadamente a questão linguística em África e a participação nos processos democráticos.

3.2. QUADRO TEÓRICO-CONCEPTUAL

3.2.0. INTRODUÇÃO

Neste capítulo julgamos imprescindível a definição e discussão de conceitos como, Política e Planificação Linguística, Exclusão Social e Democracia, visto que são conceitos que estão subjacentes a discussão do assunto em questão.

3.2.1. PLANIFICAÇÃO E POLÍTICA LINGUÍSTICA

As questões de planificação e política linguística têm sido muito debatidas e estudadas nos últimos tempos. Ademais, ambas estão ligadas a decisões

extremamente sensíveis de uma sociedade, visto que, apesar de não se tratar de um conceito *uno*, influem na realidade social (e não só) da mesma.

3.2.1.1. PLANIFICAÇÃO LINGUÍSTICA

É um conjunto de “*decisões que se toma para influenciar, encorajar ou desencorajar práticas e usos linguísticos*” (Garmadi, 1983:175). Para Wardhaugh (1992) a finalidade de uma planificação é resolver problemas de comunicação.

A planificação é composta por projectos, programas e realizações que somente o poder do Estado, do governo ou seus representantes podem pensar ou decidir assumir (Garmadi, 1983; Fasold, 1984).

Os autores acima consideram fundamental o papel do Estado e do governo ou seus representantes na formulação de planificação linguística. Contudo, do nosso ponto de vista e corroborando com Bamgbose (1991) e Appel & Muysken (1987), o Estado e o governo dividem a preponderância com indivíduos singulares que, mesmo não fazendo parte do Estado nem do governo, se interessam pelo processo de planificação linguística.

É neste contexto que Bamgbose (1991) e Wardhaugh (1992) fazem uma clara distinção entre o que envolve incontornavelmente o governo ou seus representantes e o que abrange os especialistas da área, nomeadamente *Language Status* e *Language Corpus*³.

Language Status e *Language Corpus*, isto é, a política e a implementação, complementam-se, visto que a implementação necessita de um estudo prévio e de

³ Preferimos manter os termos em Inglês porque achamos que transmitem melhor o significado, contudo traduzindo-os significam, nomeadamente, Estatuto e Corpus Linguístico.

uma política clara do que se pretende. Por outro lado, a política também necessita de implementação, senão as ideias e as decisões não passam do papel.

TIPOS DE PLANIFICAÇÃO LINGUÍSTICA

Há vários tipos de Planificação linguística (Wardhaugh, 1992; Appel & Muysken, 1987 e Bamgbose, 1991) visto que há várias realidades sociolinguísticas nas demais comunidades espalhadas pelo mundo. Neste sub-capítulo, destacamos três, os quais consideramos importantes para o presente trabalho:

1. **Seleção de Língua**, que visa determinar as línguas a serem inclusas no rol de línguas nacionais (Appel & Muysken, 1987: 48).
2. **Tratamento de Línguas Minoritárias**, é um tipo de Planificação linguística que, para Appel & Muysken (1987), visa estudar o tratamento que o governo deve dar as línguas minoritárias, com vista a decidir sobre a posição a tomar a respeito das mesmas, isto é, se deve ignorar, tolerar, desenvolver ou promover as línguas minoritárias nas diversas áreas da sociedade.
3. **Desenvolvimento Linguístico**, é um género de Planificação linguística que consiste, segundo Appel & Muysken (1987), em desenvolver a (s) língua (s) em diversos aspectos, tais como adopção de um sistema ortográfico para as línguas que não têm tradição de escrita, a escolha de uma variedade para a padronização, etc.

No presente trabalho os dois primeiros tipos de planificação linguística são os mais interessantes, visto que estes visam propor (se necessário) uma (re) planificação linguística a um sector da Administração Pública, enquanto que o terceiro caso é muito específico a Educação.

ACTIVIDADES DE PLANIFICAÇÃO LINGUÍSTICA

As actividades de planificação linguística, ou *Language Status*, para Bangbose (1991) estão relacionadas com decisões sobre a (s) línguas (s) num determinado país e a qualquer nível (Wardhaugh, 1992 e Garmadi, 1983). Para este trabalho destacamos as seguintes:

- **Manutenção, expansão ou restrição** de uma gama de línguas para funções particulares. A este nível reflecte-se e decide-se que língua pode ser usada em áreas como a educação, comunicação social, o sector público entre outras.
- **Padronização Linguística**, que envolve o desenvolvimento de um dado dialecto ou um grupo de dialectos como uma norma para a língua em questão.

A primeira actividade é a mais importante para a presente pesquisa, uma vez que pretendemos perceber que língua (s) poderá (ão) ser usada (s) nos processos democráticos para que estes sejam mais abrangentes.

As actividades do *Language Corpus* estão relacionadas com os passos a dar para a efectivação dos projectos relacionados com a língua. Eis as actividades relevantes para o presente trabalho:

- **Expansão do Vocabulário**, que consiste na criação de terminologias e padronização de variantes de alguns termos;
- **Mudança em Alguns Aspectos da Estrutura da Língua**, que envolve incorporação de certos aspectos que a língua carece (ex: introdução de números decimais, incorporação de termos trazidos pela ciência e tecnologia, e outros);
- **Relexificação**, que pressupõe a simplificação de itens lexicais;
- **Trabalho Ortográfico**, que inclui a criação de ortografia para línguas não escritas (por exemplo, o trabalho feito pelo NELIMO na padronização das

línguas moçambicanas), harmonização de ortografias existentes, reforma ortográfica (incluindo a mudança da escrita e a reforma fonológica);

- **Produção de Materiais de língua**, que pressupõe a produção de materiais didácticos numa língua, tais como livros de leitura, dicionários, gramáticas.

Para o presente estudo interessam-nos a primeira e a última actividade, pois ao ser aprovada uma política endoglóssica será importante que, por um lado se criem novas terminologias que versem sobre o léxico político-social e, por outro lado que se produzam materiais didáctico e de entretenimento na língua a ser incluída no rol das oficiais.

3.2.1.2. POLÍTICA LINGUÍSTICA

Alguns autores fazem a distinção entre planificação e política linguística. Por exemplo Wardhaugh (1992) considera que política linguística é uma atitude, a nível governamental, com vista a alterar as funções de uma (ou várias) língua (s) numa sociedade, com o objectivo de facilitar a comunicação. Mas há também autores que incorporam a política linguística nos programas de planificação, como é o caso de Bamgbose (1991), para quem esta é o mesmo que *Language Status* e faz parte da planificação linguística.

Bamgbose (1991) define a Política linguística como um programa de acção que tem a ver com o papel ou estado da língua numa dada comunidade.

TIPOS DE POLÍTICAS LINGUÍSTICA

De acordo com Noss (1971) citado por Bamgbose (1991) há três tipos de políticas linguísticas:

1. **Política Linguística Oficial**, que é um tipo de política usada por entidades governamentais, com vista a reconhecer uma língua e a determinar as suas funções;
2. **Política Linguística Educacional**, que é um mecanismo que as entidades governamentais accionam para a escolha das línguas a serem usadas como meio de instrução ou como objecto de estudo a vários níveis;
3. **Política Linguística Geral**, que é a acção que consiste no reconhecimento e admissão do governo relativamente ao uso de línguas não oficiais nas diversas áreas da sociedade, tais como a comunicação social, as relações com estrangeiros, em negócios, no parlamento e no poder local.

SUBSÍDIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA

A implementação de uma política linguística numa determinada comunidade não pode ser arbitrária porque se deve basear em estudos. Entre os estudos destacamos as pesquisas sociolinguísticas, os projectos pilotos e as consultas.

Pesquisas sociolinguísticas são estudos feitos por especialistas cujo objectivo é fornecer informações sobre a situação linguística de um país, isto é, a distribuição das línguas no território em causa, o número de línguas e seus falantes, a identificação de línguas minoritárias e maioritárias, o estado do desenvolvimento das línguas e os usos linguísticos em diferentes domínios (Bangbose, 1991: 121; Garmadi, 1983:199; Appel & Muysken, 1987:50).

Projectos pilotos são actividades, geralmente, usadas para testar os propósitos das políticas. Assim, quando há dúvida (ou por mera precaução), se organizam

projectos pilotos para a experimentação das políticas que, eventualmente, serão implementadas. (Bamgbose, 1991:121);

Consultas são encontros organizados por uma determinada instituição com vista a confrontações de ideias. As conferências fazem-se com base nas recomendações que podem advir de projectos pilotos, pesquisas sociolinguísticas, etc. Neste tipo de eventos, em que participam especialistas e intelectuais da área, também se postulam recomendações.

3.2.2. DEMOCRACIA E EXCLUSÃO SOCIAL

3.2.2.1. DEMOCRACIA

Uma definição simples da Democracia diz que *é um sistema político que faz residir a fonte de soberania no conjunto da população sem qualquer discriminação*. (Costa & Melo, 1992:478). É assim que, para Rosenfield (1994), Democracia significa, no seu sentido etimológico, “o governo do povo”.

Embora este seja o ideal de democracia, esta não pode ser vista de forma simples e redutora.

Etienne et al (1998) consideram que a Democracia se reveste sobretudo de dupla figura de um ideal portador de igualdade, liberdade, participação dos cidadãos na vida pública, e de uma construção política complexa que se esforça por concretizar este ideal nas instituições. Portanto, contrariamente ao que a praxis política tenta veicular, a democracia não se concretiza apenas por um regime político que garante liberdade, independência, autonomia privada, liberalização económica, etc., mas sobretudo um estado social marcado pela igualdade de direitos e igualdade de condições.

A igualdade de que falamos, corroborando com Bloess et al (1998) e Benevides (1991), e que é dever de qualquer Estado democrático garantir, pressupõe que os

indivíduos se sintam iguais e é exactamente isso que diferencia essas sociedades das sociedades totalitárias em que cada um é obrigado a permanecer na sua posição social durante toda a sua existência.

Neste contexto, cabe ao Estado dotar ao povo de instrumentos capazes de proporcionar a sua participação.

Consideramos que o Estado democrático é responsável por um regime constituído por várias formas de liberdade, isto porque a democracia engendra-se numa multiplicidade de liberdade que, no fundo, a concretiza. E essa liberdade, que passa pela participação da população na gestão da *coisa pública*, é um direito cívico do cidadão.

Assim, conclui-se que, a democracia se baseia na igualdade de direitos e de chances de liberdade e participação garantidas por um Estado. Será nessa perspectiva que usaremos o termo no nosso trabalho.

3.2.2.2. EXCLUSÃO SOCIAL

Qualquer grupo ou indivíduo que não tem acesso as principais instituições de uma sociedade, que de forma indirecta ou directa lhe é negada a participação em qualquer processo importante para a sociedade é considerado excluído socialmente.

Neste contexto, Ferreira et al (1995) consideram que uma situação de Exclusão Social é o oposto de integração social. Deste modo, podemos assumir que Exclusão Social é a impossibilidade em participar nas principais organizações e instituições da sociedade.

É nesta perspectiva que alguns intelectuais (Ferreira et al., 1995; Ngunga, 2000) concluem que a noção de exclusão pode ser considerada a ausência dos direitos de *cidadania*, tais como o acesso aos direitos civis, políticos e sociais.

Assim, Étienne et al (1998) concluem que Exclusão Social pode ser objecto de duas abordagens diferentes, mais complementares do que contraditórias. Ela é, frequentemente, considerada como uma dificuldade de inserção cujas causas se vão procurar no indivíduo, mas pode também ser analisada, de ponto de vista macro sociológico, como o produto de uma falta de integração cuja origem é procurada na forma como a sociedade organiza-se.

Neste sentido, a língua pode ser um factor promotor da exclusão sobretudo quando dificulta a participação de um grupo social na vida pública.

Daí a pertinência da definição de Exclusão Social nesta pesquisa, visto que é, através da língua que as pessoas participam e pode ser por via dela que as pessoas são excluídas ou têm dificuldades de acesso à seja o que for.

A definição de Exclusão Social demonstra que para que as pessoas não se sintam excluídas é importante que elas participem na vida pública. A participação pressupõe que os membros de uma sociedade se envolvam nos processos de tomada de decisão, na implementação dos programas, na avaliação e benefícios dos tais programas (Chichava, 1999).

NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO

Segundo Bobbio et al (1983), há pelo menos três formas ou níveis de participação política que merecem ser brevemente esclarecidas:

1. **Presença.** Esta é a forma menos intensa e mais marginal de participação política, trata-se de comportamentos essencialmente receptivos ou passivos, como a presença em reuniões, exposição voluntária das mensagens políticas, etc., situações em que o indivíduo não põe qualquer contribuição pessoal.

2. **Activação.** Aqui o sujeito desenvolve, dentro ou fora de uma organização política, uma série de actividades que lhe foram confiadas por delegação permanente, de que é incumbido de vez em quando, ou que ele pode promover.
3. **Decisivo.** A este nível de participação o indivíduo contribui directa ou indirectamente para uma decisão política.

3.3. NOTAS FINAIS

Este capítulo forneceu definições (e discussões) de alguns termos subjacentes ao tratamento dos dados e demonstrou a relevância teórica das questões em consideração neste trabalho.

Assim, numa primeira fase debruçamo-nos sobre os termos Política e Planificação Linguística, visto que esta pesquisa poderá propor uma (re) Planificação e consequentemente uma Política linguística. De seguida apresentamos e discutimos o conceito Exclusão porque a coexistência entre as línguas locais e línguas ex-coloniais implica muitas vezes esse fenómeno. Ao mesmo tempo fizemos uma abordagem sobre o termo Democracia indicando os moldes de funcionamento, bem como os níveis de participação.

CAPÍTULO IV: METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

4.0 INTRODUÇÃO

Neste capítulo temos como objectivo apresentar os instrumentos que usamos na recolha de dados, os métodos com que a conduzimos, bem como o método de selecção de informantes e os códigos usados.

4.1 ORGANIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

O objectivo geral da recolha de dados é de compreender como é que os munícipes, realmente, participam nos processos democráticos e se a língua é ou não um entrave a esta participação. Para atingir este objectivo, primeiro fizemos uma pesquisa documental sobre o projecto de recolha de resíduos sólidos na Matola, desde a sua concepção até a discussão dos resultados, passando obviamente pela sua implementação. De seguida fomos ao Bairro T3 onde foi feita a auscultação pública, com vista a permitir uma participação dos munícipes na formulação da lei pretendida. Neste bairro fizemos entrevistas e observação participante, com vista a alcançar o objectivo pretendido.

Assim, os instrumentos de recolha de dados destinaram-se a concretizar especificamente os seguintes objectivos:

Na fase de concepção do projecto

- a) Conhecer o objectivo do projecto e o mentor da iniciativa (Munícipes ou Governantes); a relação entre o projecto e a política definida; saber se as partes envolvidas tiveram, de facto, vontade de participar no processo ou se

algo os obrigava (principalmente por parte dos munícipes) bem como conhecer os documentos que concebem os processos que envolvem a participação pública;

Na fase de implementação do projecto e discussão dos resultados

- b) Perceber em que língua ou línguas os munícipes se envolvem e se sentem mais à vontade nas discussões dos problemas nas auscultações públicas;
- c) Perceber que línguas são um entrave para a participação dos munícipes na gestão da *coisa* pública e o que é que os governantes municipais fazem para envolver os vários grupos linguísticos nesse processo, sem excluir nenhum;
- d) Saber que língua é que os munícipes gostariam que fosse o instrumento de trabalho dos governantes e conseqüentemente em que língua eles poderiam participar mais activamente nas actividades;
- e) Saber porque é que os munícipes não participam em actividades que corporizam os processos democráticos;

Estes objectivos foram concretizados através de uma pesquisa documental, observação participante e entrevistas abertas.

A pesquisa documental permitiu-nos recolher dados de base relacionados com concepção do projecto e com os subsídios legais que prevêm a participação dos munícipes nos processos democráticos. Com efeito, consultamos a Constituição da República e o Manifesto Eleitoral do agora Presidente do Conselho Municipal e seu partido, que constitui a maioria na Assembleia Municipal.

A observação participante permitiu-nos conversar e interagir com os munícipes bem como observá-los no seu dia-a-dia. Para o efeito, observamos o

funcionamento das repartições da sede do Conselho Municipal, com particular enfoque a secretaria e observamos as conversas do dia-a-dia do mercado municipal e das paragens dos autocarros.

Este trabalho assenta, sobretudo, nas entrevistas abertas que fizemos aos munícipes sendo os outros instrumentos complementares. Os munícipes foram submetidos a um rol de questões abertas, o que os permitiu, não só responder ao que necessitávamos saber como também, fornecer outro tipo de informação. A entrevista era feita em forma de conversa com vista a deixar o entrevistado a vontade para dar as resposta e comentá-las.

4.2. SELECÇÃO DOS INFORMANTES PARA A ENTREVISTA, DOS LOCAIS DE OBSERVAÇÃO E DOS DOCUMENTOS A PESQUISAR

Os nossos informantes foram, fundamentalmente, os munícipes que participaram e alguns que não participaram na auscultação pública para a aprovação da postura de recolha de resíduos sólidos. Alguns governantes do município também foram submetidos às entrevistas, tanto os que participaram na auscultação como alguns que não, mas que têm influência na tomada de decisões.

De entre os munícipes que, por um lado participaram na auscultação e, por outro lado vivem no município e no Bairro supracitado fizemos uma escolha aleatória para ficarmos com 20 (5 mulheres adultas, 5 homens adultos e 5 jovens e 5 velhos). O que guiou a nossa selecção foi a representatividade social; isto é, precisávamos ter a representação de todos os grupos sociais presentes na reunião pública.

Para obtermos melhores subsídios entrevistamos também 5 munícipes que não participaram na referida reunião. Para o efeito, seleccionamos munícipes que tiveram conhecimento da reunião e não compareceram.

Quanto aos governantes, fizemos entrevistas a 5 (3 que participaram na referida auscultação pública, o vereador do ambiente, o seu adjunto e o chefe de salubridade e 2 cuja a condição foi terem influência nas decisões do município, o Assessor de Imprensa e o Assessor jurídico). A escolha foi feita tendo também em conta a disponibilidade dos mesmos.

Para o presente trabalho, observamos ainda o funcionamento das repartições da sede do conselho municipal da Matola, as interações entre os munícipes na paragem de autocarros e no mercado municipal da Matola, com objectivos de compreender as dinâmicas socioculturais da região em estudo e adquirir conhecimento sobre o mesmo interagindo nas conversas e entendendo as ideias que os munícipes têm em relação, tanto ao Português como às línguas locais e perceber como é que os munícipes reagem quando se fala o Português e quando se fala numa língua local. Foram escolhidos esses locais de pesquisa porque, para o primeiro caso, é um local em que os funcionários tratam dos assuntos dos munícipes e estes buscam soluções para os seus problemas, e para os restantes casos, são zonas de maior concentração dos munícipes.

Em termos de pesquisa documental tínhamos como objectivo consultar documentos que prevêem a participação do munícipe na vida pública. Assim, foram importantes para a pesquisa, a Constituição da República e o Manifesto Eleitoral do então candidato, porque são os únicos documentos que o Conselho Municipal baseia-se para o efeito.

4.3. CÓDIGOS DOS INFORMANTES

Aos informantes foram atribuídos códigos de acordo com a categoria (munícipes que participaram e os que não participaram na auscultação e governantes).

Assim, os municípios que participaram na auscultação tiveram números naturais de 1-20, aos municípios que não participaram na mesma e os governantes foram atribuídos números associados a uma letra; para os municípios de 1b-5b e para os governantes de 1a-5a.

V. CAPÍTULO: A QUESTÃO LINGUÍSTICA E A PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS DO MUNICÍPIO DA MATOLA

5. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

5.0. INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresentamos, analisamos e interpretamos os dados recolhidos no campo através da observação participante e das entrevistas bem como da pesquisa documental.

A primeira parte apresenta os resultados da pesquisa documental e do contacto com os munícipes que participaram na auscultação pública sobre a recolha de resíduos sólidos. Nesta parte temos como objectivos:

1. Saber que línguas foram usadas na referida auscultação e qual é a atitude dos munícipes perante as actividades do género;
2. Conhecer os motivos da participação dos munícipes na reunião e o grau de participação dos mesmos;
3. Perceber em que línguas os munícipes se envolvem e se sentem mais à vontade nas discussões sobre a *coisa* pública, que línguas promovem maior e melhor participação dos munícipes neste tipo de actividades e que línguas são, realmente, um entrave a participação; e
4. Saber que línguas é que os munícipes gostariam que fossem usadas como instrumentos de trabalho do Conselho Municipal, em reuniões públicas.

A segunda parte será composta pela apresentação dos resultados das entrevistas feitas aos munícipes que não participaram na auscultação pública, e tem como objectivo principal perceber porque é que os mesmos optaram por não participarem na mesma e se tem sido hábito esse alheamento bem como as razões.

A terceira parte será composta pela apresentação dos resultados obtidos na entrevista feita aos governantes, com vista a:

1. Conhecer o objectivo do projecto sobre a postura de recolha de resíduos sólidos e de quem foi a iniciativa;
2. Perceber se é obrigatória a participação do munícipe na gestão da *coisa pública* e qual a relevância das suas contribuições; e
3. Saber o que o Conselho Municipal faz para a maior e melhor participação.

A última parte será composta pela análise e interpretação dos resultados obtidos. Este sub-capítulo tem como objectivo perceber se as informações obtidas correspondem, de facto, aos resultados esperados pelas hipóteses para que possamos estar em condições de sugerir aperfeiçoamentos ao objecto em análise ou de propor pistas de reflexão e de investigação para o futuro.

5.1. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

5.1.1. PARTICIPAÇÃO NA AUSCULTAÇÃO PÚBLICA

A exploração dos acervos documentais serviu sobretudo para conhecermos o objectivo da auscultação pública e sabermos qual a relação existe entre o projecto e a política definida, bem como conhecermos os documentos que concebem o envolvimento público na gestão do município.

As participações públicas na gestão do município são asseguradas pela Constituição da República e pelo manifesto eleitoral do partido vencedor das últimas eleições autárquicas.

A Constituição da República, no seu artigo 188 n.ºs 1 e 2, indica que as Autarquias Locais foram criadas a pensar na participação da comunidade na

consolidação da democracia (Assembleia da República, 2001:48). Este dispositivo legal é que prevê e assegura a participação dos munícipes na vida pública.

No Manifesto eleitoral (FRELIMO, 2003:9) o então candidato prometeu:

- Promover a participação dos munícipes na tomada de decisões;
- Promover encontros regulares do Conselho Municipal com os munícipes;
- Auscultar, regularmente, o munícipe na busca de soluções para o seu bem-estar, sobre problemas específicos das zonas urbanas e suburbanas.

O uso da entrevista foi um dos meios para perceber se os munícipes, realmente, participam nos processos democráticos e como é que o fazem.

Quisemos saber dos munícipes que línguas foram usadas na auscultação pública, feita pelo Conselho Municipal da Matola sobre a postura de recolha de resíduos sólidos no Bairro T3, e que língua, na opinião deles, devia ter sido usada (cf. alínea e, f). A maioria dos entrevistados afirmou que foram usados como instrumentos de trabalho a língua portuguesa e o Xichangana. Um grupo reduzido afirmou que foram usados o Português e o Xirhonga. Consideramos que o que está por detrás desta aparente confusão é o facto dessas línguas serem mutuamente inteligíveis e a distinção entre ambas não ser clara (Firmino, 2002: 166).

Atendendo ao facto de haverem mais grupos etnolinguísticos na zona, embora a grande maioria seja aparentemente Changana, um dos entrevistados (Nº 15) sugeriu que *“devia ter sido usada mais línguas”* [sic].

Questionados sobre que línguas deviam ter sido usadas, com vista a uma participação mais abrangente, e não foram (cf. Alínea f, j), a maioria dos entrevistados

considerou que as línguas usadas foram suficientes para o efeito. Por exemplo, o entrevistado 4 considerou que *“todas as línguas usadas foram benéficas”*.

Se tivermos em conta que foram usadas a língua portuguesa e uma língua local (o Xichangana e/ou o Xirhonga) pode-se pensar que uma língua complementa a outra, daí a satisfação dos munícipes.

Quando perguntados acerca dos motivos da sua participação (cf. alínea a) a maioria dos entrevistados afirmou que o facto de sentirem que podem contribuir para o desenvolvimento do município com as suas ideias foi fundamental. Um número considerável de entrevistados teve como motivação a *“busca de conhecimentos sobre a matéria em discussão”* (entrevistado 4), enquanto que outros entrevistados afirmaram que participaram *“por questões profissionais”* (entrevistado 9) e para *“colaborar com o Conselho Municipal”* (entrevistado 11).

Em termos de motivação nota-se que há uma diferença de perspectivas. Mas o facto de um número considerável procurar, por essa via, ter conhecimentos sobre questões relacionadas com a gestão do Município, leva-nos a pensar que há interesse de alguns munícipes em envolverem-se na mesma.

Ao tentarmos saber sobre a importância da reunião (cf. Alínea b, d), os entrevistados consideraram-na importante. Para uns (a maioria) a reunião foi importante porque *“houve troca conjunta de ideias, entre os munícipes e os governantes municipais”* (entrevistado 18), e para outros (os restantes) foi importante porque sentiram que podem ser *“úteis no processo de desenvolvimento do país”* (entrevistado 2). Estas opiniões vêem a reforçar a ideia de que os munícipes estão ávidos em participar na vida pública.

No que diz respeito à forma de participação (cf. Alínea c), os entrevistados afirmaram que intervieram na reunião em causa devido ao facto de se ter dado a

oportunidade de se falar uma língua local. A este tipo de participação chama-se participação decisiva (cf. capítulo III). No que concerne à participação em outras actividades do género (cf. alínea k) a maioria dos munícipes não participa. Apesar desse aparente alheamento há um pequeno grupo que participa embora apenas a nível de presença (cf. capítulo III).

Numa observação mais pormenorizada percebemos que este distanciamento às actividades públicas se deve ao facto de, muitas vezes, se privilegiar como instrumento de comunicação, exclusivamente, a língua portuguesa⁴.

Usamos a entrevista também para perceber em que línguas os falantes se envolvem e se sentem mais à vontade nas discussões sobre a gestão da *coisa* pública (alínea f, g e h). A maioria dos entrevistados considerou que as pessoas se envolvem mais nesse tipo de reuniões quando é usada a língua Portuguesa e uma língua local, isto porque, embora a maioria dos munícipes entende uma língua local, o "*Português é a língua que une todas as camadas sociais*" (entrevistado 3) e é uma forma de envolver os "*que não entendem a língua local a ser usada*" (entrevistado 8).

Um número não considerável de munícipes considera que o uso de uma língua local, sem intervenção do Português, é que deixa os munícipes mais à vontade para participarem em actividades do género (entrevistados 2,4,6 e 20). Estes consideram que com o uso de uma língua local os munícipes participam, vigorosamente, nas discussões. O entrevistado 6 disse que *quando se usa o Xirhonga as pessoas ficam contentes*, demonstrando que o uso de uma língua local modifica, inclusive, o estado de espírito.

⁴ *Conversando com vários munícipes eles afirmaram que a maioria das reuniões públicas são feitas só em Português, daí que por mais vontade que as pessoas tenham optam por não participarem.*

Há também pessoas que acham que o uso exclusivo do Português é a melhor solução para uma maior participação, porque:

1. *"Une todas as camadas sociais"* (entrevistado 3);
2. *"Motiva aos jovens"* (entrevistado 14);
3. *"Quando se usa língua local não é bom porque contamos com os cidadãos do norte"* [sic]. Esta opinião é corroborada pelos entrevistados 8, 9 e 15.

Para além dessas opiniões, há uma que consideramos interessante, fundamentalmente, porque destoa, grosso modo, com a tendência. O entrevistado 1 é da opinião de *"que o que faz as pessoas irem as reuniões não é o uso ou não de línguas locais, mas sim outros factores"* [sic]. Em conversa mais aprofundada, ao ser questionado quais os factores, este munícipe referiu-se a falta de tempo e outros afazeres que dão receita imediata, como que a dar razão a Macuane (1998:8) quando diz que *"o cidadão comum prefere ocupar-se em questões do dia-a-dia que dão benefícios imediatos do que envolver-se em questões políticas"*. Este depoimento alerta para o facto de não se cometer o erro de se pensar que a questão linguística é o único factor a ser tido em conta quando se analisa a participação.

Quisemos saber dos entrevistados que línguas os munícipes gostariam que fossem os instrumentos de trabalhos do Conselho Municipal em actividades do mesmo tipo (cf. alínea f.). Vários munícipes do conjunto dos entrevistados consideraram que o português e o Xichangana eram as línguas ideais para o efeito. Por exemplo a entrevistada 13 considera que *"é preferível usar-se o Português e o Xichangana porque essas são as línguas que muitas pessoas falam aqui"* [sic].

A opção pelo Xichangana foi de encontro as nossas expectativas, visto que a maioria dos nossos entrevistados é falante de Xichangana. Curiosamente, mesmo os entrevistados não falantes do português consideraram que é importante que esta seja

uma das línguas de trabalho do Conselho Municipal neste tipo de actividades, devido, por um lado, ao facto existirem no Município falantes desta língua e, por outro lado esta ser considerada “*uma língua de união*”⁵ (entrevistado 3).

Há uma minoria de entrevistados que acha que ao invés do Xichangana se devia usar o Xirhonga, porque esta é mais abrangente que o Xichangana. Estas pessoas vão mais longe ao defenderem que dependendo das circunstâncias há vezes que se deve usar apenas o Xirhonga, invocando, para suportar as suas opiniões, razões sentimentais. Por exemplo o entrevistado 6 diz que se o mesmo acontecesse sentir-se-ia *muito satisfeito*.

5.1.2. RAZÕES DO ALHEAMENTO AOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS

Do contacto com os munícipes que não participaram do processo em referência, quisemos saber as razões da sua abstenção. Percebemos que os munícipes têm a concepção de que as actividades dos decisores são irrelevantes para os seus destinos pessoais e familiares. Por exemplo o entrevistado 3b acha que “*as decisões já estão tomadas, quando eles aparecem só querem mostrar que trabalham*”.

Os munícipes entrevistados demonstraram que a classe política não tem credibilidade perante as suas pessoas, daí a não participação em actividades levadas a cabo pelos seus governantes. Todos eles consideraram-nos *mafiosos* [sic]. Este facto leva-nos a pensar que os políticos devem, de alguma forma, mudar a sua imagem perante o seu eleitorado. Uma das formas seria demonstrar que as suas contribuições são relevantes para a tomada de decisões.

⁵ Ao procurar-mos saber o que é que a entrevistada 3 considera língua de união ela respondeu-nos que considera língua de união uma língua que deixa em igual estatuto os falantes de todas as línguas locais, inclusive das línguas com um menor número de falantes.

É preciso realçar que alguns entrevistados (1c e 4c) se referiram à questão da língua como um dos entraves a sua participação (cf. alínea c1). Eles associam as reuniões à língua portuguesa e como não têm um bom domínio preferem abster-se. Daí que tenhamos tido respostas como: *“O meu filho que estuda é que foi a reunião. Eu não fui porque não sei falar bem Português [sic]”* (entrevistado 1c).

Questionados sobre o que deve mudar para que eles participem (cf. alínea d1), os entrevistados destacam o uso constante e sistemático de uma língua local, deve também estar claro que as suas contribuições vão contribuir para a tomada de decisões e os munícipes devem ter acesso as instituições públicas. Consideramos estes factos imprescindíveis para a reposição da credibilidade da classe política e para um convívio salutar na relação munícipe-governantes.

5.1.3. OS GOVERNANTES

Junto aos governantes e em resposta às questões levantadas, orientadas pelo formulário a eles destinados, queríamos, na essência, conhecer a sua percepção sobre a participação dos munícipes na auscultação pública em referência, se as mesmas são obrigatórias, qual a legislação que garante a mesma, qual a relevância das contribuições dos munícipes e que língua é que, na sua percepção, garante uma maior participação.

Todos os governantes entrevistados consideraram a participação dos munícipes um sucesso, devido ao alto nível de intervenção dos mesmos na reunião. Os mesmos referiram que a participação dos munícipes se deveu ao facto de se ter usado o Xichangana e o Português. Segundo um governante (entrevistado 4b), eles optaram por recorrer a essa estratégia discursiva porque sabem *“que há muitos munícipes que falam outras linguas para além do Português”* e não porque existe

uma política linguística que os obriga a tal. Esta atitude dos governantes remete-nos à ideia de que é imperioso que se faça um estudo sociolinguístico no município, com vista a definição de uma política linguística adequada. Esta política faria parte de uma legislação interna.

Perguntados se haverá uma legislação que os obriga a fazer auscultações aos munícipes, ficou claro que o Conselho Municipal não tem nenhuma legislação interna para o efeito. Contudo, fazendo uma pesquisa documental e tendo em conta a entrevista com o entrevistado 2b, percebemos que o Conselho Municipal se baseia na Constituição da República de 1990, capítulo X, art. 188, números 1 e 2, que prevê a participação do munícipe na gestão do município (cf. capítulo II). Esta constatação vem a reforçar a ideia da necessidade de uma política interna, isto porque a constituição apenas prevê a participação mas não a língua que oferece melhores condições para uma boa participação.

Posteriormente, abordamos a questão da relevância das contribuições dos munícipes. Os governantes garantiram que estas são importantes na formulação das políticas. Neste caso concreto, *“os munícipes contribuíram para a fixação de uma taxa de lixo e sanções para os que não colaboram no pagamento da taxa, bem como para a manutenção da limpeza pública. Por exemplo os munícipes sugeriram que para a melhor conservação da limpeza deve-se cobrar uma multa de 1000000 (um milhão) de meticais a quem for encontrado a urinar e 500000 (quinhentos mil) meticais a quem mantiver o seu terreno mal capinado. Estas sugestões serão assumidas como do Conselho Municipal e levadas ao debate na Assembleia Municipal”* (entrevistado 1b). Assim, pode-se depreender que a contribuição do munícipe é de facto de extrema importância, embora, como diz o entrevistado 2b, *não seja determinante*, porque depois do debate poderá sofrer alterações.

Em relação à questão sobre as línguas ideais a serem usadas como instrumento de trabalho do Conselho Municipal, principalmente neste tipo de actividade, como era de prever, todos os entrevistados consideraram que se deve usar a língua portuguesa e uma língua local. Apesar desta aparente harmonia, os entrevistados dividiram-se no que concerne a língua local a ser usada, metade (entrevistados 3b e 4b) considera que se deve usar o Xirhonga porque *é a língua da província* (entrevistado 4b) enquanto que os restantes acham que a língua a ser usada é o Xichangana porque *a maioria dos munícipes fala esta língua* (entrevistado 2b).

5.2. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os dados apresentados levam-nos a considerar que o uso de uma língua local no Município da Matola (principalmente o Xichangana e/ou Xirhonga) e do Português, conjuntamente, é que faz com que as pessoas participem mais, dando as suas contribuições e promovendo deste modo a participação *decisiva* (cf. Capítulo III). Sobre este facto pudemos observar na interacção com os munícipes que o português, para além de ser usado largamente em situação formais é uma língua usada também em situações informais.

Os dados demonstraram também que a convivência entre o Português e as línguas locais tendem a transformá-las. Na maioria de discursos em língua portuguesa são incorporados aspectos formais de uma língua local (Xichangana ou Xirhonga), o que a literatura sociolinguística chama de *interlíngua fossilizada*⁶. Por exemplo, era frequente ouvir construções frásicas com a omissão de um artigo definido, inserção de um artigo definido e inversão da posição do pronome interrogativo (*Fomos lá passar fim de semana* – omissão de artigo; *Como a activista não podia falar* –

⁶ “A *interlíngua fossilizada* consiste em padrões linguísticos imperfeitamente dominados. Assim, os desvios no uso do Português em Moçambique são considerados fossilizações de erros resultantes da transferência de aspectos de L1 (Línguas Bantu) para a L2 (Português)” [Firmino, 2002: 260].

inserção de artigo definido; *Fazer o que?* – inversão da posição do pronome interrogativo). Este facto demonstra que mesmo ao escolher uma certa língua é necessário que se tenha em conta as transformações que elas vêm tendo com o tempo.

A inexistência de uma política linguística no Conselho Municipal que garante o uso sistemático e constante de uma língua local aparenta não levantar problemas de fundo, visto que a instituição quando precisa de usar uma língua nos seus trabalhos recorre ao improviso, como foi o caso da auscultação pública em estudo. Contudo, a atitude do Conselho Municipal é demasiado simplista, redutora e conformista por duas razões: uma instituição que pretende ser credível não se deve compadecer com improvisos sob o risco de cometer muitas falhas; a questão linguística é muito sensível e essencial, por isso é que para a formulação de uma política linguística deve, atempadamente, passar por uma planificação linguística aturada.

A ausência de uma política linguística, que inclua o Xichangana e/ou Xirhonga como língua de trabalho, neste município promove a exclusão social de muitas pessoas pertencentes ao município da Matola, porque estes associam todo o tipo de eventos do Conselho Municipal à língua portuguesa daí que, porque não têm domínio da mesma, optem por não participar.

Paradoxalmente, a maioria dos entrevistados considerou o uso da língua portuguesa essencial para a promoção da participação. Contudo, quando os mesmos foram questionados sobre que língua é que eles acham ser um entrave a participação pública os mesmos apontaram o Português. Isto significa que, o Português pode ser ao mesmo tempo um factor para a promoção da participação e um foco de exclusão, quando usado exclusivamente. Este comportamento dos munícipes faz-nos pensar que estes têm sempre em mente duas dimensões:



1) A integração do seu município na nação, associada a ideia de que aquele está em constante alteração e cada vez mais com várias comunidades etnolinguísticas. Esta dimensão está associada a tendência dos munícipes considerarem o uso da língua portuguesa essencial para os processos democráticos.

2) A integração massiva e representativa dos munícipes nos processos democráticos e na discussão dos assuntos do município com os seus dirigentes. Esta dimensão está associada a tendência dos munícipes em defenderem o uso das línguas locais nas reuniões públicas.

Neste conjunto de entrevistados, há ainda a realçar dois factos. Primeiro, os jovens, porque são os que usam, frequentemente, a língua portuguesa consideram na sua maioria que a língua portuguesa é a ideal para este tipo de reuniões. Segundo, os mesmos são os que menos participam em reuniões públicas, apesar delas serem realizadas, na sua maioria, numa língua que, supostamente, dominam. Salienta-se que esta realidade pode estar associado a outros factores, entre os quais culturais, sociais e económicos, não apenas ao factor linguístico.

Contudo, o facto acima referenciado leva-nos a pensar, aliás, os dados da observação⁷ ajudou-nos a confirmar, que os jovens apesar de falarem com frequência a língua portuguesa não têm domínio da mesma. Esta dedução só reforça a constatação de fundo que tiramos dos dados. É importante manter o Português como língua de trabalho do Conselho Municipal da Matola, mas também é urgente que se oficialize o uso de mais línguas se o objectivo é garantir maior participação pública.

Como foi visto, a língua não é o único factor impeditivo para a participação na gestão pública do município. Há outros factores a destacar, a descredibilidade dos

⁷ Muitas vezes quando os jovens conversavam entre eles, em Português, tinham de recorrer a língua materna (que era uma língua local) para explicar melhor algo que não era bem entendido. Quando alguns os jovens dirigiam-se a secretaria do Conselho Municipal introduziam as suas preocupações em Português, mas com o decorrer da conversa a secretária tinha que dar explicações numa língua local, porque percebia que os jovens não entendiam.

órgãos políticos e seus gestores perante o munícipe; a falta de conhecimento dos direitos e deveres dos munícipes e a fraca difusão de informações acerca dos encontros públicos.

5.3. NOTAS FINAIS

Este capítulo foi concebido para apresentar os resultados dos estudos feitos no campo de investigação. De salientar que esse estudo, que foi baseado em dados recolhidos de entrevistas, foi apoiado por uma descrição etnográfica e uma pesquisa documental. Com base nas respostas às questões que foram submetidas aos munícipes matolenses, o capítulo analisou uma variedade de opiniões sobre como é vista a participação dos munícipes na gestão da *coisa* pública e qual a relação com a questão linguística.

Em geral, constatou-se que a língua está associada a exclusão social. As respostas forneceram evidências que, para que se contorne o perigo de exclusão social e haja maior participação, é essencial que se formule uma política linguística abrangente, em que sejam inclusas as línguas locais (pelo menos as mais abrangentes, Xichangana e o Xirhonga) e o português.

CAPÍTULO VI: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.0. INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresentamos as principais conclusões e recomendações desta pesquisa. Numa primeira fase, respondemos à questão de fundo desta pesquisa que é de procurar perceber se *a língua é um factor a ter em conta na participação das pessoas na gestão da coisa pública*. Apresentamos algumas sugestões, ao nível da planificação e política linguística, para o melhoramento da situação actual do caso em estudo. Por fim, apresentamos algumas recomendações que julgamos pertinentes.

6.1. CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como pano de fundo o estudo do comportamento dos munícipes perante as auscultações públicas, que é uma das formas de participação do cidadão na gestão da *coisa pública*, com o objectivo de *procurar perceber se a língua é um factor a ter em conta na participação das pessoas na gestão da coisa pública*. A análise tinha também em vista perceber se há ou não exclusão social e desigualdade no acesso a *coisa pública*, promovida pelos governantes. O objectivo foi alcançado, visto que as entrevistas aos munícipes que participaram numa determinada auscultação pública bem como os que não participaram e os seus governantes assim como a pesquisa documental e semi-etnográfica permitiram-nos obter dados valiosos sobre o assunto.

Na fase inicial do nosso estudo tínhamos as seguintes hipóteses:

- (1) *Nos Conselhos Municipais em que se usa apenas a língua portuguesa como língua de trabalho, a participação da maioria dos munícipes no*

processo democrático fica limitada, causando em alguns a exclusão social.

(2) Quando se usam as línguas locais como língua de trabalho dos Conselhos Municipais há maior participação dos munícipes.

Em função das hipóteses, o que se constata é que o conselho municipal usa fundamentalmente a língua portuguesa como língua de trabalho.

Os dados demonstraram que a grande maioria dos informantes considera que o uso exclusivo da língua portuguesa é um entrave a participação. Pelo facto de os dados indicarem que no município da Matola podem se encontrar pessoas que não falam Português, por um lado e, por outro lado esta ser considerada uma língua neutra, o uso exclusivo de uma língua local também pode ser um factor de exclusão.

Assim sendo, constatamos que nenhuma das hipóteses foi, plenamente, satisfeita. Os dados recolhidos, que nos levam à conclusão de fundo desta pesquisa, também revelam que para haver uma maior participação e envolvimento dos munícipes em processos democráticos é necessário:

1. Que o Conselho Municipal use a língua portuguesa, em reuniões públicas, porque esta é uma língua neutra.
2. Que o Conselho Municipal use uma língua local (o Xichangana e/ou Xirhonga), porque a maioria dos munícipes comunica-se com mais a vontade nessas línguas.
3. Que as instituições democráticas, entre as quais os Conselhos Municipais, usem, fundamentalmente em reuniões públicas, a língua portuguesa e as línguas locais com maior representatividade.

Tendo em conta as três ideias, consideramos que a última consegue representar as outras, daí que seja a ideia mais perspicaz e adequada a situação. Visto que numa mesma reunião se podem usar duas ou mais línguas.

Os dados também demonstram que o Conselho Municipal, apesar de ter usado o Xichangana ou Xirhonga na reunião pública, não tem uma política formalizada que abrange as línguas locais. Os dados apresentados no capítulo 5 demonstram, também, que o facto de não existir uma política linguística no Conselho Municipal pode promover discriminação e exclusão social de algumas pessoas no municípios, porque os governantes usam o Português e pensam erradamente que a mensagem esta a passar para todo o município enquanto na verdade estão a difundir apenas para quem percebe a língua.

Em respeito a tudo isso impõe-se que o Conselho Municipal desenvolva um trabalho de Política e Planificação linguística.

Tendo em conta os dados recolhidos propomos as seguintes medidas:

Ao nível de Política Linguística

É importante que se tomem decisões, ao mais alto nível, com vista a elevar uma língua local ao patamar da língua portuguesa no rol das línguas de trabalho no Município. Para se conseguir isso é preciso:

1. Elaboração de pesquisas sociolinguísticas, com objectivo de recolher informações sobre a situação linguística do Município da Matola. Deve estar contido no documento resultante destas pesquisas: a distribuição das línguas no território, o número de línguas e seus falantes, a identificação de línguas minoritárias e maioritárias, o estado do desenvolvimento das línguas e o uso linguístico em diferentes domínios bem como as percepções e atitude dos falantes perante as línguas do município; e

2. Realização de Conferências ou Seminários, com a presença de políticos, municipais e académicos, com objectivo de se discutir e confrontar ideias sobre os dados recolhidos, bem como a política a ser implementada.

Ao nível de Planificação Linguística:

Actividades do Language Status

1. Identificação e divulgação dos dialectos-padrão do Xichangana e Xirhonga. Esta actividade é importante porque existem no território vários dialectos, daí que seja preciso identificar e divulgar o dialecto-padrão de cada língua.
2. Determinação das funções de cada língua. Isto é, é necessário que se atribuam funções exactas tanto para o Português como para o Xichangana e o Xirhonga, bem como para as restantes línguas, se possível.

Actividades do Language Corpus

3. Expansão do vocabulário, que visa a criação de terminologias que se versaria sobre léxico político-social;
4. Incentivo a produção de Materiais em língua Xirhonga e Xichangana, tal como: livros de leitura, dicionários e gramáticas. O objectivo desta actividade é de fazer com que os municipais, e não só, conheçam as regras gramaticais das línguas.

Para além destas propostas, que estão ao nível da política e planificação linguística e julgando que estas actividades também podem ajudar a promover a participação do munícipe, propomos:

1. A produção de políticas que visam a criação de órgãos de comunicação social em língua local, com vista a difundir mensagens do município nessas línguas;
2. A criação de boletins informativos escritos em língua local;

3. O incentivo do Conselho Municipal ao uso da língua local principalmente na secretaria, bem como na Assembleia Municipal.

É também importante a criação de uma repartição de estudos linguísticos. Esta repartição teria como funções:

1. Fazer estudos sistemáticos da situação sociolinguística da região;
2. Recolher e analisar opinião pública sobre as políticas, sobretudo linguísticas;
3. Elaborar metas, seleccionar estratégias, prever e verificar os resultados da planificação linguística.

6.2. RECOMENDAÇÕES

Para quem estiver interessado em aprofundar o estudo sobre a língua e participação recomendamos que recolha uma amostra mais numerosa e representativa. Seria interessante também que em outros estudos se tivesse em conta outros tipos de actividades, em que haja participação dos munícipes, para se avaliar se a participação tem a ver com o tipo de actividades, tais como: actividades da Assembleia Municipal⁸ e seus representantes, participação nos processos eleitorais, militância em partidos políticos, participação em manifestações e participação em actividades laborais municipais.

Em estudos posteriores podia-se também dar prioridade à pesquisa etnográfica. Julgamos que esse seria o método mais eficaz de recolha de dados, porque o investigador teria oportunidade de participar nas actividades e a partir daí faria a sua análise e interpretação da situação real da questão.

⁸ Nesse caso temos em conta que a Assembleia Municipal representa os vários estratos sociais do Município.

Ao Conselho Municipal da Matola, particularmente, recomendamos que aprofunde o estudo sobre as línguas a serem usadas para contornar o perigo de exclusão e, promover maior participação dos munícipes na gestão da *coisa pública* bem como dar possibilidades aos governantes de conhecer os verdadeiros anseios de um maior número de munícipes. As pesquisas deverão ter uma amostra maior e também devem se incidir aos outros locais e em mais actividades.

É também importante que, mesmo depois de se formular a política linguística, hajam deslocações constantes ao terreno (os Postos Administrativos e os Bairros) com vista a recolher informações sobre o nível de participação e a sua relação com as línguas usadas.

Antes de qualquer contacto com o povo (no caso, os munícipes) é importante que os governantes conheçam a situação linguística dos mesmos para evitar a Exclusão Social de alguns grupos e o privilégio de outros.

CAPÍTULO VII: BIBLIOGRAFIA

- APPEL, R. & MUYSKEN, P. (1987) *Language Contact and Bilingualism*. London & New York: Longman.
- Assembleia da República (2001) *Constituição da República*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- BAMGBOSE, A. (1991) *Language and the Nation: The Language Question in Sub Saharan Africa*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., PASQUINO, G. (1983) *Dicionário de Política*. Brasília: UNB.
- BENEVIDES, M. (1991) *A Cidadania Activa*. São Paulo: Editora Ática.
- CHICHAVA, J. (1999) *Participação Comunitária e Desenvolvimento: O Caso dos Grupos Dinamizadores em Moçambique*. Maputo: Assembleia Municipal de Maputo.
- CARRILHO, N. (1995) A Legislação Eleitoral em Moçambique e a Realização política e Social. In Mazula, B. (org.) *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo: CNE. p. 131-155.
- COSTA, J. & MELO, A. (1992) *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- ÉTIENNE, J., BLOESS, F., NORECK, J. et al (1998) *Dicionário de Sociologia*. Paris : Platano Editora.
- FERREIRA, J. ET AL (1995) *Sociologia*. Lisboa: Macgraw Hill.
- FASOLD, R. (1984) *Sociolinguistics of Society*. Oxford UK & Cambridge USA: Basil Blackwell.

- FIRMINO, G. (2000) *Situação Linguística de Moçambique. Dados do II Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997*. Maputo: INE.
- FIRMINO, G. (2002) *A "Questão Linguística" na África Pós-Colonial: O Caso do Português e das Línguas Autóctones em Moçambique*. Maputo: Promédia.
- FRELIMO (2003) *Manifesto Eleitoral para as 2as Eleições Autárquicas: Município da Matola: mandato autárquico 2003 à 2008*. Maputo: FRELIMO.
- GARMADI, J. (1983) *Introdução à Sociolinguística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- LIPHOLA, M. (1995) A Utilização das Línguas Moçambicanas no Processo Eleitoral. In Mazula, B. (org.) *Moçambique: Eleições, democracia e Desenvolvimento*. Maputo: CNE. p. 278-302.
- MACUANE, J. (1998) Introduction. In Baloi, O. & Macuane, J. (orgs) *Local Election in Mozambique: International Conference*. Maputo: UEM/UFICS. p. 8-12.
- MAE (2002) *Folha Informativa dos Municípios II*. Maputo: MAE.
- MAE (2003) *Dossier da III Reunião Nacional dos Municípios*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- MAIA, J. (1995) Projecto de Educação Cívica no Processo Eleitoral Moçambicano. In Mazula, B. (org) *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo: CNE. p. 159-229.
- NGUNGA, A. (2000). Línguas Nacionais no Ensino Oficial. In *Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano*. Maputo: PNUD.

- PASQUINO, G. (2002) *Curso de Ciências Política*. Cascais: Príncipeia.
- ROSENFELD, D. (1994) *O Que é Democracia?* São Paulo: Brasiliense.
- TOLLEFSON, J. (1991) *Planning Language, Planning Inequality: Language Policy in Community*. N.Y.: Longman.
- TOTEMEYER, G. (1998) The Namibian Electoral System. In Baloi, O. & Macuane, J. (orgs) *Local Election in Mozambique: International Conference*. Maputo: UEM/UFICS. p. 58-67.
- VIIG, B. & TSAMANEIA, A.N. (1998) A Survey Of The Reasons Why Many People Did Not Vote in The Local Government Elections in Beira. In Baloi, O. & Macuane, J. (orgs); *Local Election in Mozambique: International Conference*. Maputo: UEM/UFICS. p. 94-10.
- WARDHAUGH, R. (1992) *An Introduction to Sociolinguistics*. Oxford UK & Cambridge USA: Blackwell.

**ANEXO 1. INQUÉRITO PRELIMINAR PARA SELECÇÃO DOS
INFORMANTES**

I. Identificação dos informantes

Idade _____

Local de Residência _____

Línguas que fala _____

Língua que fala com mais frequência _____

Língua que gosta de falar _____

Grau de escolaridade _____

Profissão _____

Estado Civil _____

Contacto _____

Código _____

ANEXO 2. FORMULÁRIO DE QUESTÕES DE ORIENTAÇÃO PARA ENTREVISTAS AOS MUNICÍPES

2.1 OS PARTICIPANTES

- a) Participou da auscultação pública sobre a recolha de resíduos sólidos na Matola? Porque é que participou?
- b) O que achou da reunião? Porque?
- c) Como é que participou: entrevistou ou esteve apenas a ouvir?
- d) O que achou da participação dos outros munícipes naquela actividade?
- e) Que línguas foram usadas? Deviam ter sido apenas essa (s)?
- f) Da (s) língua (s) que foi (ram) usada (s), alguma (s) devia ter sido usada a mais ou alguma (s) não devia ter sido usada?
- g) Acha que quando se usa o Português neste tipo de actividades as pessoas vão as reuniões? E se vão, intervêm?
- h) Acha que quando se usa uma língua local neste tipo de actividades as pessoas vão as reuniões? E se vão, intervêm?
- i) Em que língua é que acha que haveria maior participação dos munícipes?
- j) Qual é que acha que pode ser a língua a ser usada pelo Conselho Municipal neste tipo de actividade?
- k) Quantas vezes contribuiu em reuniões desta natureza e o que é que o faz contribuir?
Apenas uma _____ Poucas vezes _____ Muitas
vezes _____ Nenhuma vez _____

2.2. OS NÃO PARTICIPANTES

a1. Teve conhecimento da auscultação pública que o Conselho Municipal promoveu?

b1. Participou na mesma? Porque é que não participou?

c1. Tem participado em outras actividades do género? Porque?

d1. O que acha que deve mudar para que participe nesse tipo de actividades?

**ANEXO 3. FORMULÁRIO DE QUESTÕES DE ORIENTAÇÃO DAS
ENTREVISTAS AOS GOVERNANTES**

1. O que achou da participação dos munícipes na auscultação pública sobre a postura de recolha de resíduos sólidos?
2. Haverá alguma legislação que os obriga a fazer auscultações aos munícipes? Qual?
3. Será que as contribuições dos munícipes naquela actividade tiveram relevância em algo em concreto? Em quê?
4. Que linguas é que acha que o Conselho Municipal deve usar constantemente nas actividades públicas para atingir os resultados que se pretende com a criação do processo autárquicos (maior participação dos cidadãos na vida pública)? Porque?
5. Qual é que acha que seria o constrangimento ao reformularem uma política linguística do conselho municipal, quando acharem pertinente?

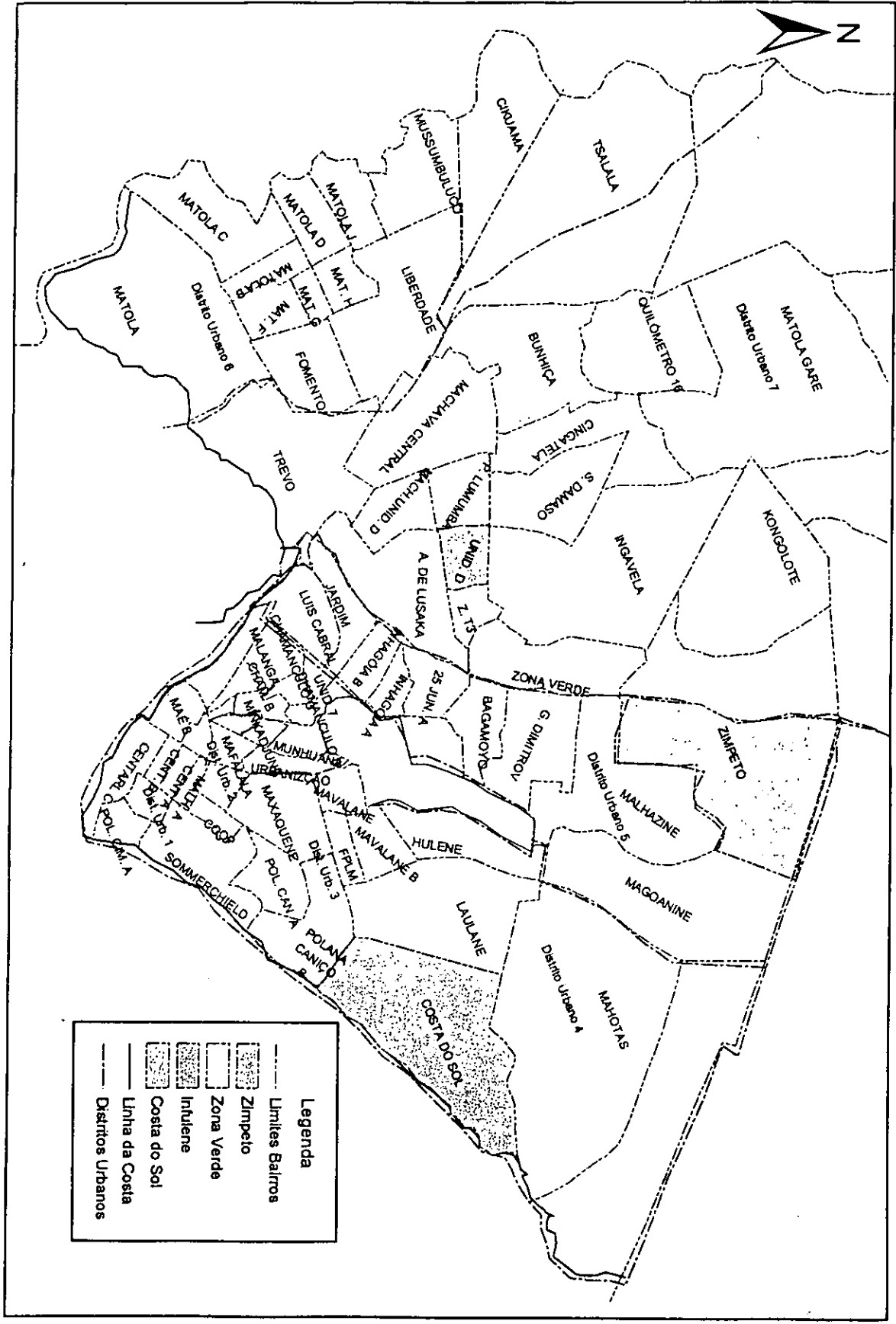
ANEXO 4. TÓPICOS DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Objectivos específicos:

1. Compreender as dinâmicas socioculturais e geográficas da região em estudo e adquirir conhecimento sobre o mesmo.
2. Perceber se os intervenientes do processo participam no mesmo por vontade ou por obrigação.
3. Interagir nas conversas, entendendo as ideias que os munícipes têm em relação, tanto ao Português como as línguas locais.
4. Perceber como é que os munícipes reagem quando se fala o Português e quando se fala numa língua local.

ANEXOS 5. MAPAS

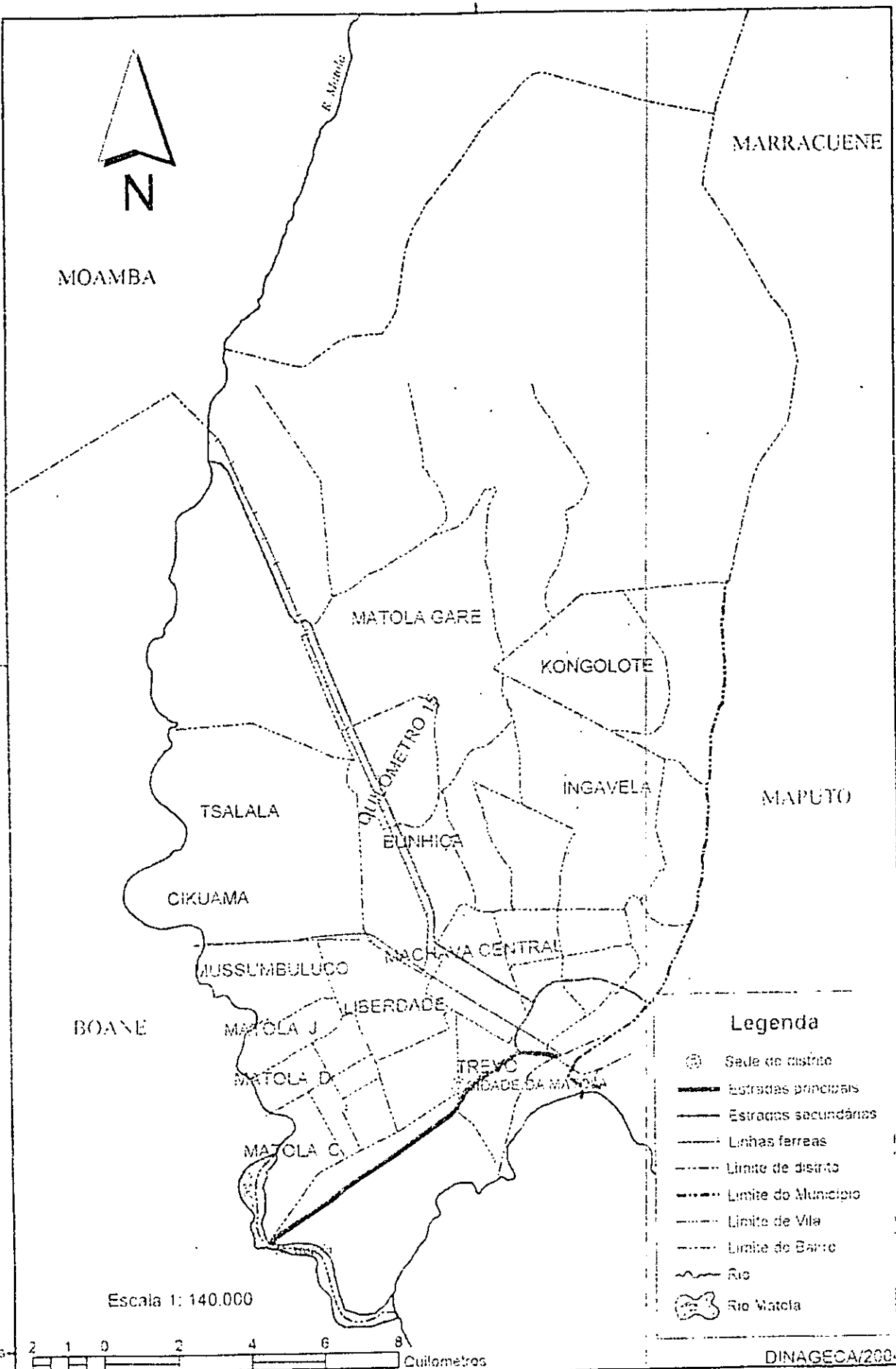
MAPUTO/MATOLA



Legenda

- Limites Bairros
- Zimpeto
- Zona Verde
- Intulene
- Costa do Sol
- Linha da Costa
- Distritos Urbanos

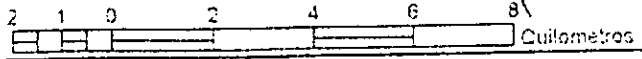
Município da Matola



Legenda

- ⊙ Sede do distrito
- Estradas principais
- Estradas secundárias
- Linhas ferreas
- - - Limite de distrito
- - - Limite do Município
- - - Limite de Vila
- - - Limite do Barro
- ~ Rio
- ⊕ Rio Matola

Escala 1: 140.000



DINAGECA/2004